



PROVA ESCRITA GERAL

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO:

Questão 1: O Município concedeu a João licença para a construção de um prédio comercial de três andares em imóvel de sua propriedade (João), após ter ele cumprido todos os requisitos objetivos exigidos em lei.

Passados mais de três anos e antes de esgotado o prazo de caducidade do ato administrativo, inerte imotivadamente João, o Município decide construir no local um hospital público.

Diante deste cenário, o Prefeito indaga à Procuradoria do Município:

- a) seria possível o desfazimento da licença ?**
- b) sendo possível, qual o modo cabível em sede administrativa ?**
- c) sendo possível, o “ato” de desfazimento induziria direito à indenização ? (40 pontos)**

Questão 2: A empresa X é a única no Brasil que comercializa o medicamento Y, e, atualmente, se recusa a fornecer o referido medicamento ao Município sob argumento de “costumeiro atraso no pagamento”. Como Procurador do Município, indique quais as possíveis medidas para que a Administração municipal possa adquirir o bem. (30 pontos)

Questão 3: A Administração Pública Municipal, mediante regular licitação, contratou, à empresa X, a construção de um centro esportivo que receberá competições das Olimpíadas de 2016.

Tendo em consideração que os quadros próprios do Município não contam com profissionais especializados, o Prefeito indaga à Procuradoria Municipal se seria possível a contratação de outra empresa, também por meio de licitação, com o fim de vir a exercer as funções de fiscal da execução da mencionada obra. Opine. (30 pontos)



PROVA ESCRITA GERAL

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

Questão 1: Ajuizada a demanda no Juizado Especial da Fazenda Pública do domicílio do autor, a superveniente alteração do Município de seu domicílio provoca a modificação da competência? Responda fundamentadamente.

(40 pontos)

Questão 2: A Câmara Municipal tem legitimidade *ad causam* para propor ação com objetivo de questionar a suposta aplicação irregular de valores do Fundo de Participação dos Municípios? Responda fundamentadamente.

(30 pontos)

Questão 3: A Fazenda Pública está sujeita aos efeitos materiais da revelia? Responda fundamentadamente.

(30 pontos)



PROVA ESCRITA GERAL

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL:

Questão 1:(40 pontos) Cidadão ajuíza ação popular, na qual requer seja declarada a nulidade de decisão administrativa do Prefeito municipal, de apoiar financeiramente o desfile em área pública denominado “Parada do Orgulho Gay”, no qual organizações não governamentais realizam manifestações culturais, artísticas e musicais, voltadas à defesa da cidadania homossexual. O autor alega violação à moralidade pública e requer a condenação do Prefeito por improbidade administrativa e à restituição aos cofres públicos municipais dos eventuais gastos com o evento. Como Procurador do Município, apresente os fundamentos jurídico-constitucionais para a defesa do ato do Prefeito.

Questão 2: (30 pontos) Tendo em vista o quadro de repartição de competências definido na Constituição Federal e a natureza específica do Conselho Nacional de Justiça, discorra sobre a possibilidade do exercício de controle de constitucionalidade de atos normativos pelo referido órgão.

Questão 3: (30 pontos) É possível o controle jurisdicional do veto do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal?



PROVA ESCRITA GERAL

PROVA DE DIREITO CIVIL E COMERCIAL:

Questão 1:

Tem o sublocatário legitimidade para consignar o pagamento do aluguel devido pelo locatário ao locador de um imóvel, se a sublocação não tiver sido autorizada por este? Caso o locador aceite espontaneamente o pagamento, tem o sublocatário direito de reaver do locatário o aluguel pago? (40 pontos)

Questão 2:

Marcos Silva celebra contrato de compra e venda com Joaquim Souza, cujo objeto é a alienação de um terreno no Centro do Município de Nova Iguaçu. Fazem constar do instrumento que o motivo da aquisição por Marcos Silva é a construção, no terreno, de um edifício de oito andares. Dois meses após celebrado o contrato, Marcos Silva tem sua autorização para construir indeferida pela Municipalidade, tendo em vista que a legislação local não permite construir acima de dois andares naquela região. Aprecie a validade do contrato. (30 pontos)

Questão 3:

João morre sem deixar descendentes ou ascendentes, nem cônjuge ou companheiro. Deixa dois irmãos, nascidos do matrimônio de seus pais, e mais uma irmã, fruto de um relacionamento extraconjugal de seu pai com outra mulher. Pergunta-se: como devem ser partilhados os bens deixados por João? (30 pontos)



PROVA ESCRITA GERAL

PROVA DE DIREITO TRIBUTÁRIO:

Questão 1: Conceitue, distinguindo, interpretação, integração, vigência e aplicação da legislação tributária. (40 pontos)

Questão 2: O ISSQN no âmbito do município XPTO é instituído e cobrado sob a dinâmica do lançamento por homologação, tendo a legislação municipal expressamente atribuído à declaração de tributos municipais (DTM) a natureza jurídica de confissão de dívida.

Nesse contexto, o município ajuíza em 10/07/2013 executivo fiscal para fins de cobrança de dívida de ISSQN vencido em 30/06/2008 e declarado em 15/07/2008. Em 12/08/2013 o juízo competente ordena a citação, que, depois de efetivada em 20/08/2013, dá ensejo à interposição de objeção de pré-executividade por parte do Executado arguindo a prescrição do crédito tributário.

Responda, fundamentadamente, se a cobrança pretendida pelo Município XPTO é válida. (30 pontos)

Questão 3: O Consulado do país XYZ recebe notificação para pagamento do IPTU e da Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo relativos ao imóvel onde exerce suas atividades. No prazo legal, maneja a competente impugnação administrativa, questionando as duas exações. Como Procurador do Município, opine a respeito do litígio administrativo. (30 pontos)



PROVA ESCRITA GERAL

**PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, PREVIDENCIÁRIO E DIREITO
PROCESSUAL DO TRABALHO:**

Questão 1: Defina os critérios de responsabilização da Administração Pública por dívidas de natureza trabalhista, em caso de terceirização de serviços, observados os aspectos do entendimento jurisprudencial predominante. (30 pontos)

Questão 2: Empregado de sociedade de economia mista municipal, após 5 (cinco) anos de trabalho, foi dispensado imotivadamente. Inconformado com o rompimento contratual, ajuizou ação trabalhista postulando sua reintegração no emprego por entender ser detentor de estabilidade, em razão do ingresso mediante concurso público. Sucessivamente, alega nulidade da dispensa por falta de motivação do ato de demissão. Foi deferida a tutela antecipada reintegratória. Como Procurador do Município apresente os principais fundamentos de defesa da municipalidade e os instrumentos processuais cabíveis. (40 pontos)

Questão 3: Cabe arbitragem para a solução de conflitos decorrentes de contrato de trabalho? (30 pontos)